

Semiárido e agricultura familiar no município de Upanema (RN): uma análise acerca do assentamento de reforma agrária Bom Lugar I

O referente trabalho teve como objetivo, compreender a realidade da agricultura familiar no Assentamento de Reforma Agrária Bom Lugar I, analisando as atividades produtivas e suas possibilidades de avanços na superação das desigualdades sociais no contexto do semiárido, no município de Upanema-RN (Brasil). A pesquisa, baseada no levantamento e tratamento de dados qualitativos, tem como instrumento a entrevista semiestruturada. Sobre a análise dos dados, foi utilizada a elaboração de quadros, tabelas e transcrições textuais, possibilitando a construção de reflexões e apontamentos com base nas informações coletadas no estudo desenvolvido (YIM, 2010). Mesmo em condições climáticas adversas, a agricultura familiar contribui para fixar o homem e a mulher do campo no semiárido, cujo sistema produtivo feijão-milho-caju-melancia é a policultura alimentar marcante. Apesar de identificar inexistência de suporte técnico para os agricultores familiares, a cadeia produtiva presente na espacialidade do Bom Lugar I, é destinada para o consumo familiar. É compreendido que a agricultura familiar tem contribuído na redução das desigualdades sociais no contexto dos assentamentos no semiárido com base na produção dos alimentos, garantindo a erradicação da fome. Contudo, vale destacar a necessidade de ampliar as possibilidades de implementação de tecnologias sociais que possibilitem aos agricultores produzir alimentos o ano inteiro, ampliando a qualidade de vida e oportunizando novas possibilidades de convivência com o semiárido.

Palavras-chave: Semiárido; Agricultura Familiar; Assentamento.

Semi-arid region and family farming in the municipality of Upanema (RN): an analysis of the Bom Lugar I agrarian reform settlement

The referent work aimed to understand the reality of family farming in the Bom Lugar I Agrarian Reform Settlement, analyzing productive activities and their possibilities for progress in overcoming social inequalities in the semi-arid context, in the municipality of Upanema-RN (Brazil). The research, based on the survey and treatment of qualitative data, uses a semi-structured interview as an instrument. Regarding the data analysis, the elaboration of charts, tables and textual transcripts was used, enabling the construction of reflections and notes based on the information collected in the developed study (YIM, 2010). Even in adverse weather conditions, family farming contributes to keeping rural men and women in the semiarid region, whose production system is corn-bean-cashew-watermelon and is a marked food polyculture. Despite identifying the lack of technical support for family farmers, the production chain present in the space of Bom Lugar I is intended for family consumption. It is understood that family farming has contributed to reducing social inequalities in the context of settlements in the semiarid region based on food production, ensuring the eradication of hunger. However, it is worth highlighting the need to expand the possibilities of implementing social technologies that enable farmers to produce food throughout the year, increasing the quality of life and providing new opportunities for living with the semiarid region.

Keywords: Semi-arid; Family farming; Settlement.

Topic: **Planejamento, Gestão e Políticas Públicas Ambientais**

Received: **11/11/2021**

Approved: **29/11/2021**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Francisco Souto de Sousa Júnior

Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5064377445535415>
franciscosouto@ufersa.edu.br

José Erimar do Santos 

Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3239534442956034>
<https://orcid.org/0000-0002-3909-2729>
jose.erimar@ufersa.edu.br

Josiel Medeiros de Aquino 

Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5008315921275435>
<https://orcid.org/0000-0003-3473-8698>
josielbass01@hotmail.com.br



DOI: 10.6008/CBPC2179-6858.2021.011.0025

Referencing this:

SOUSA, F. S. J.; SANTOS, J. E.; AQUINO, J. M.. Semiárido e agricultura familiar no município de Upanema (RN): uma análise acerca do assentamento de reforma agrária Bom Lugar I. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v.12, n.11, p.303-317, 2021. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2021.011.0025>

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, teve como objetivo compreender a realidade da agricultura familiar no assentamento de reforma agrária Bom Lugar I, analisando as atividades produtivas e suas possibilidades de avanços na superação das desigualdades sociais no contexto do semiárido, localizado no município de Upanema/RN, precisamente acerca de 18 quilômetros ao lado leste da cidade de Upanema. Construído no ano 1997, o assentamento contém em sua extensão territorial um total de 103 beneficiários, que moram na referente localidade.

O território upanemense abriga em seu espaço geográfico um quantitativo de 14 assentamentos, conforme consta as informações presentes na Plataforma Oficial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2018). O município possui uma população de 12.992 habitantes, sendo 6.298 residentes no espaço urbano e 6.694 no meio rural, segundo o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

O Assentamento de Reforma Agrária Bom Lugar I, é um espaço utilizado pelos assentados para desenvolver atividades rurais e possibilitar a permanência no campo, os moradores dessa localidade utilizam da agricultura familiar como fonte específica para fomentar boa parte dos alimentos que são produzidos e consumidos pelas famílias desse lugar. Atualmente, são desenvolvidos diversos estudos nos mais diferentes lugares, comprovando que esse tipo de agricultura possibilita empregabilidade e distribuição de renda, cooperando com o desenvolvimento local (COSTA et al., 2008).

Esse modo de produtividade proporciona uma contribuição significativa, sobretudo relacionada ao contexto local dos sujeitos que usam dessa prática. A utilização da agricultura familiar oportuniza novas formas de operar o espaço produtivo, sem comprometer o meio ambiente possibilitando, assim, um melhor uso do território para produção de alimentos no contexto do semiárido.

É possível entender que a favor dessa forma de agricultura, contém diversos pontos positivos atrelados ao desenvolvimento ambiental. Segundo Costa et al. (2008) temos a garantia de grande parte das fontes de biodiversidade, segurança alimentar, conservação da paisagem, característica do território pelo qual está sendo usado, fortalecimento das relações dentro do âmbito familiar e o controle do êxodo rural, além de 70% da produção de alimentos no país ser produzida pela agricultura familiar (HOFFMANN, 2014), dentre outros. Assim, acreditamos que ter dados qualificados das atividades produtivas e suas possibilidades de avanços na superação das desigualdades sociais no contexto do semiárido pode subsidiar o planejamento para produção futura, tanto no que diz respeito às famílias que vivem no assentamento quanto aos agentes fomentadores de políticas de pesquisa, assistência técnica, extensão e fomento rural do Estado do Rio Grande do Norte.

DISCUSSÃO TEÓRICA

Semiárido e Agricultura Familiar em Assentamento de Reforma Agrária

O semiárido brasileiro é constituído de uma especificidade climática, característica da região

nordeste do Brasil, possuindo a caatinga como sendo o único bioma exclusivamente brasileiro. Conti e Schroeder (2013) afirma que o semiárido brasileiro é “[...] rico em espécies endêmicas, apresentando grande variedade de paisagens, de espécies animal e vegetal, nativas e adaptadas, com alto potencial e que garantem a sobrevivência dos agricultores familiares.

Na região nordeste do Brasil é perceptível a presença do semiárido, atuando diretamente nessa espacialidade geográfica como um elemento natural, comportando o clima seco, presença de altas temperaturas e chuvas que ocorrem especificamente apenas num curto período do ano. Diante disso, a vegetação dessa espacialidade geográfica, apresenta peculiaridade singular na realidade do semiárido.

Segundo a Articulação do Semiárido Brasileiro no Nordeste (ASA), grande parte dos estados dessa região apresenta um total de 85%, sendo caracterizada como semiárido. A dimensão de abordagem acerca do semiárido, costuma ser apresentada através de simbologias que construíram ao longo dos anos um imaginário de problemas atrelados à seca, assim como à pobreza (MALVEZZI, 2007).

A imagem difundida do Semi-Árido, como clima, sempre foi distorcida. Vendeu-se a idéia de uma região árida, não semi-árida. É como se não chovesse, como se o solo estivesse sempre calcinado, como se as matas fossem secas e as estiagens durassem anos. As imagens de migrantes, de crianças raquíticas, do solo estorricado, dos açudes secos, dos retirantes nas estradas, dos animais mortos, da migração da Asa Branca – essas imagens estão presentes na música de Luís Gonzaga, na pintura de Portinari, na literatura de Graciliano Ramos e na poesia de João Cabral de Mello Neto. É um ponto de vista, ao mesmo tempo, real e ideológico, que muitas vezes serve para que se atribua à natureza problemas políticos, sociais e culturais, historicamente construídos.

Frente a essa realidade, ao longo do tempo foi sendo construído um imaginário de extrema pobreza relacionado ao semiárido, assim sendo um pensamento que muitas pessoas construíram acerca da realidade do nordeste como um lugar de atraso, alimentando um ideário de ideias sobre o que é o semiárido. Malvezzi (2007) afirma que, “O Semi-Árido brasileiro não é apenas clima, vegetação, solo, Sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história. É processo social. Não se pode compreendê-lo de um ângulo só.”

Diante disso, é apresentado a agricultura familiar que se tem constituído como uma modalidade de agricultura no contexto do semiárido, a qual contempla grupos sociais, das unidades produtivas do meio rural. Os agricultores familiares, concentram a realização do seu trabalho em poucos hectares de terra, restringindo-se ao uso de poucos recursos naturais do meio ambiente, mantendo predominantemente a realização do trabalho familiar. Schneider (2016), vai destacar que a agricultura familiar está diretamente relacionada com o contexto latino-americano, onde ao longo dos anos, caminha com significativos avanços, em relação a superação da pobreza.

As abordagens acerca da agricultura familiar, presentes nos mais diferentes países, fomenta por sua vez as discussões sobre essa modalidade de produção. Neves (2007), vai elencar que “logo na década de 1990” estava ocorrendo no Brasil, pesquisas nos espaços das universidades acerca da agricultura familiar brasileira, em especial pelas professoras “Maria Helena Rocha Antuniassi e Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco [...] vinculadas ao departamento de Economia Rural da FCA/UNESP, Campus de Botucatu”. De acordo com Neves (2007) é possível evidenciar uma sequência de estudos realizados ao longo dos anos, sobre a agricultura familiar.

Entre os autores americanos cuja produção foi valorizada no campo editorial brasileiro, quero destacar a contribuição de Roger Burbach e Patricia Flynn, através de *Agribusiness in the Americas*, publicado pela Monthly Review Press, de Nova Iorque, EUA, em 1980, e traduzido no Brasil sob o título *Agroindústria nas Américas*, editado pela Zahar Editores, em 1982. Eles distinguem o sistema de agricultura familiar do sistema de agricultura industrializada empresarial, mediante as condições de uso da força de trabalho: familiar para o primeiro e assalariada para o segundo. Tendo em vista a questão por eles analisada (a ameaça de sobrevivência da agricultura familiar frente ao processo de industrialização na agricultura), os limites da reprodução do sistema de agricultura familiar são destacados não só nos Estados Unidos como em diversos outros países da América Latina.

A discussão com relação à agricultura familiar, vem ao longo dos anos possibilitando novas análises acerca dessa modalidade de produção familiar, nos mais diferentes espaços geográficos do Brasil e da América Latina como um todo.

Em resumo, no Brasil, o termo agricultura familiar corresponde então à convergência de esforços de certos intelectuais, políticos e sindicalistas articulados pelos dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, mediante apoio de instituições internacionais, mais especialmente a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Consagra-se para dar visibilidade ao projeto de valorização de agricultores e trabalhadores rurais sob condições precárias de afiliação ao mercado e de reprodução social, diante de efeitos da interdependência entre agricultura e indústria e do processo de concentração da propriedade dos meios de produção no setor agropecuário. Nessa conjunção de investimentos políticos, os porta-vozes de tal projeto fizeram demonstrativamente reconhecer a racionalidade econômica e social da pequena produção agrícola; a capacidade adaptativa dos agentes produtivos a novas pautas éticas de conduta econômica. Os termos agricultura familiares e agricultor familiar, tornando-se apelações obrigatórias, passaram a integrar a organização de disciplinas e cursos oferecidos em universidades brasileiras, de instituições voltadas para atualização profissional, de temas de seminários e congressos, revistas e outras tantas formas de publicação.

Tendo em vista que a agricultura familiar é considerada uma das fontes produtivas vinculadas à realidade de vida dos homens e mulheres que desenvolvem atividades no campo (BRASIL, 2006), é identificado por consequente, uma modalidade de agricultura, vinculada à realidade de vida dos mais diferentes sujeitos do campo, a qual contém por sua vez, condições socioeconômicas e produtivas diversificadas. De acordo com Schneider et al. (2013):

A agricultura familiar representa o setor numericamente majoritário do agro brasileiro. Os dados do último no Censo Agropecuário do IBGE (levantados em 2007 tendo o ano base 2006) mostraram que o Brasil possuía em 2006 um total de 5.175.489 estabelecimentos agropecuários dos quais 4.367.902 poderiam ser classificados como de agricultores familiares.

Segundo Caldart et al. (2012):

Mesmo sendo a principal produtora de alimentos, a agricultura camponesa no país enfrentou, e enfrenta, desde o seu surgimento no período colonial até a época atual, os mais distintos tipos de empecilhos: dificuldades políticas do acesso à terra, várias formas de pressão e repressão para a sua subalternização às empresas capitalistas, exploração continuada da renda familiar por diversas frações do capital, indução direta e indireta para a adoção de um modelo de produção e tecnológico que lhes era e é desfavorável e a desqualificação preconceituosa e ideológica dos camponeses, sempre considerados à margem do modo capitalista de fazer agricultura.

A agricultura familiar é compreendida “como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 1999). Esse caráter produtivo é uma estrutura produtiva, associada à família; produção e trabalho, tendo

contribuições significativas, sobretudo com relação ao econômico e social (WANDERLEY, 1999). De acordo com Buainain (2006),

A agricultura familiar brasileira é extremamente diversificada. Inclui tanto famílias que vivem e exploram minifúndios em condições de extrema pobreza como produtores inseridos no moderno agronegócio que logram gerar renda superior, várias vezes, a que define a linha da pobreza. A diferenciação dos agricultores familiares está associada à própria formação dos grupos ao longo da história, a heranças culturais variadas, à experiência profissional e de vida particulares, ao acesso e à disponibilidade diferenciada de um conjunto de fatores, entre os quais os recursos naturais, o capital humano, o capital social e assim por diante.

Diante disso, Abramovay (2007) vai destacar que a lógica da organização familiar não depende da família em si mesma, mas da própria capacidade que esta tem de realizar uma adaptação e montar um procedimento adequado ao meio social e econômico em que é desenvolvido. Frente a isso, com relação ao termo agricultura familiar, Altafin (2007) destaca que não é propriamente novo, contudo, seu uso é recente em especial com uma ampla presença nos espaços das universidades.

De acordo com Schneider (2003), a agricultura familiar atualmente, vem conquistando uma legitimidade social e científica no Brasil, a qual está passando a ser empregue com uma crescente frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos de caráter governamentais e por consequente nos segmentos do conhecimento acadêmico, em especial pelos teóricos das ciências sociais, as quais se dedicam na pesquisa sobre a agricultura e mundo rural. Segundo Wanderley (1999):

[...] pode-se dizer que a década de 1990 iniciou-se sob a marca da entrada da agricultura familiar no vocabulário científico, enquanto a presente década iniciou-se com uma reavaliação do significado do desenvolvimento rural. Reavaliação que aparece sob a forma do debate acerca das relações entre o rural e o urbano e da introdução da abordagem das dinâmicas territoriais nos processos de desenvolvimento, e que revela uma profícua agenda de pesquisas, cujo devido tratamento tem ainda um largo caminho pela frente.

Diante disso, Schneider (2003), vai destacar que:

Ao contrário do que imaginavam muitos cientistas sociais brasileiros, a década de 1990 foi pródiga em recolocar em cena temas e questões que pareciam ter sido sepultados pelo curso dos acontecimentos históricos recentes. Assim tem sido com o debate e as ações sociais em relação à reforma agrária, talvez o mais emblemático desses temas, que havia conquistado grande projeção nos ambientes acadêmicos, intelectuais e políticos a partir do final da década de 1950, silenciado durante o ciclo militar e tendo retornado posteriormente à pauta dos debates. Após o golpe militar de 1964, somente se voltou a falar em reforma agrária a partir de meados da década de 1980 com o início da abertura democrática, ainda que, nesse período, as discussões e expectativas tenham sido rapidamente mitigadas pela aprovação de dispositivos anti-reformistas durante a Constituinte de 1988. Mas, nos anos noventa, a luta pela terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) voltaram a ocupar expressivos espaços no cenário político nacional [...]. Algo semelhante vem ocorrendo com os estudos sobre as relações de trabalho e os sistemas produtivos na agricultura, ou melhor, com as análises acerca de qual modelo de uso da terra e forma de propriedade pode garantir ao País a resolução de seus problemas com o abastecimento alimentar e os processos redistributivos.

Frente a isso, no contexto atual, é possível evidenciar um conjunto de apontamentos inseridos nas diretrizes para a formulação da *Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais*, que buscam proporcionar uma maior legitimidade acerca do agricultor familiar, caracterizando este pela realização de atividades no meio rural (BRASIL, 2006). Diante disso, utiliza-se a definição da Lei

11.326, de 24 de julho de 2006, em especial para definir o agricultor familiar da seguinte forma:

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Dessa forma, é entendido que a agricultura familiar é um tipo de agricultura desenvolvida em pequenas propriedades, onde é utilizada, predominantemente, a mão de obra familiar, a que vai diferenciar essa prática de outras formas de produção. Segundo Schneider et al. (2009):

[..] a agricultura familiar situa-se no debate mais amplo sobre a persistência das formas familiares de trabalho e de produção no interior do capitalismo. A dinâmica socioeconômica dessas formas sociais no meio rural configura-se como uma projeção particular do conjunto das relações de produção e trabalho que existem e se reproduzem nos marcos de uma sociedade em que imperam relações sociais de caráter capitalista.

Segundo informações do estudo INCRA (2000), a agricultura familiar possibilita uma vasta capacidade produtiva, colaborando de forma satisfatória para o próprio abastecimento do país. Frente a isso, Savoldi et al. (2010) vão reforçar que a agricultura familiar consegue se distinguir das outras formas sociais de produção pela atuação predominantemente da família com relação à realização das atividades desenvolvidas de forma conjunta, entre os membros da própria família. No tocante à discussão sobre a agricultura familiar e sua relação com os recursos naturais, Altafin (2007) vai destacar que:

A relação da agricultura familiar com recursos naturais é considerada positiva quando ela está enraizada no meio físico, tendo controle sobre seu processo produtivo. Seu potencial para promoção da sustentabilidade ecológica diz respeito à sua capacidade de conviver de forma harmônica com ecossistemas naturais, percebidos como um patrimônio familiar.

Bernardo et al. (2016), salientam que a agricultura de caráter não familiar, é considerada uma atividade a qual tem uma grande utilização dos recursos naturais e, por conseguinte, acaba em muitos momentos comprometendo o meio ambiente com o uso e a dispersão de resíduos químicos.

Essa prática acaba gerando conseqüentemente impactos sobre os comportamentos ambientais. Dessa forma, é identificado uma maior utilização desses resíduos, por parte da agricultura patronal, que é configurada como um modelo de agricultura voltada para a produção e o aumento do lucro gerado através da venda de seus produtos, diferentemente da agricultura familiar que vem atuando numa perspectiva da sustentabilidade. Segundo Veiga (1996):

A agricultura patronal, com suas levas de bóias-frias e alguns poucos trabalhadores residentes vigiados por fiscais e dirigidos por gerentes, engendra forte concentração de renda e exclusão social, enquanto a agricultura familiar, ao contrário, apresenta um perfil essencialmente distributivo, além de ser incomparavelmente melhor em termos sócio-culturais. Sob o prisma da sustentabilidade (estabilidade, resiliência e equidade), são muitas as vantagens apresentadas pela organização familiar na produção agropecuária, devido à sua ênfase na diversificação e na maleabilidade de seu processo decisório. A versatilidade da agricultura familiar se opõe à especialização cada vez mais fragmentada da agricultura patronal.

No que se refere ao compromisso, sobre a preservação do meio ambiente, evidenciamos que a agricultura familiar, tem consigo, uma maior sensibilidade e contribuição com relação à preservação ambiental. Altafin (2007) vai destacar que:

A função de preservação ambiental também tem sido atribuída à agricultura familiar, apesar de ainda se configurar como um tema de grande controvérsia. No geral, a agricultura é considerada uma das atividades que produzem maior impacto sobre o meio ambiente e o modelo tecnológico adotado no País tem sido responsável pela produção de inúmeros efeitos negativos. Se, por um lado, a produção patronal monocultora reúne elementos geradores dos impactos negativos, no outro extremo, os estabelecimentos familiares em situação de exclusão também são considerados danosos ao meio ambiente. Porém, isto não se deve à sua natureza de lucratividade máxima ou à sua estratégia de exploração agrícola, como no caso das grandes propriedades. Na grande maioria dos casos, a pressão sobre os recursos naturais se dá por desequilíbrios no sistema familiar, fruto da falta de acesso à terra. O fato de mais de 85% dos estabelecimentos familiares ocuparem apenas 30% da área, enquanto pouco mais de 11% dos estabelecimentos patronais ocuparem quase 68% das terras ilustra a pressão existente sobre os solos, matas e recursos hídricos.

Diante disso, a agricultura familiar tem-se intensificado nos assentamentos de reforma agrária, como uma modalidade de produção de alimentos mais saudáveis, oferecendo qualidade e segurança alimentar para a população do campo em contraponto ao modelo hegemônico do agronegócio, que prioriza em sua totalidade o aumento lucrativo dos produtos desenvolvidos em escala de produção.

Bergamasco (1997) vai mencionar que a discussão da reforma agrária tem sido presente no Brasil, desde os anos 1950 e 1960. Pode-se compreender que logo com o Golpe Militar no ano de 1964, ocorreu posteriormente a promulgação do estatuto da terra, respaldando a implementação do processo de colonização nas regiões Norte e Centro Oeste, proporcionando a implementação dos assentamentos nessas espacialidades. Segundo Mattei (2012):

A questão agrária brasileira está intimamente ligada ao processo histórico de colonização do país. Desde os primórdios das capitânicas hereditárias, passando pelos diversos ciclos econômicos (açúcar, mineração, café, pecuária, borracha, algodão etc.) até os dias atuais, a questão da posse da terra sempre esteve presente no cenário político nacional. Esse cenário foi fortemente agravado no período do pós-guerra quando o país implementou a política de “modernização da agricultura”, processo este que provocou profundas transformações estruturais na esfera produtiva, mas que, ao mesmo tempo, causou sérias consequências sociais devido à enorme mobilidade populacional ocorrida nas últimas cinco décadas. Em grande medida, pode-se dizer que o conflito social agrário que persiste nas áreas rurais do país está diretamente relacionado ao modelo de desenvolvimento rural do Brasil, o qual promoveu a concentração da terra e a exclusão social dos camponeses tradicionais.

Frente a isso, ocorreu uma grande repressão contra os movimentos sociais que lutavam em favor dos trabalhadores rurais, diante desse contexto do Golpe Militar. Bergamasco (1997), destaca que, “Nos anos 80 e 90, os movimentos de trabalhadores rurais ganham ímpeto, tanto no campo como nas cidades.” Seguindo esse direcionamento, a reforma agrária torna-se uma expressão de ordem na sociedade brasileira, proporcionando uma maior visibilidade da luta existente no cenário brasileiro. Fernandes (2008) destaca que “A política de reforma agrária não é somente uma ação do Estado. É antes uma ação dos movimentos camponeses. Sem luta pela terra não há reforma agrária.”

É identificado segundo Rocha et al. (2016), a ocorrência de uma grande intensificação dos conflitos agrários, tendo como ponto inicial a luta pela terra e a resistência dos agricultores que lutavam em busca de

um pedaço de chão para realizar a produção de alimentos que subsidiariam as famílias, mediante o contexto de disputa territorial. Diante disso, Caldart (2001) vai mencionar que o processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), à qual teve influência na conquista de direitos dos agricultores na luta pela terra, é resultante da questão agrária, que se encontra inserida no Brasil como estrutural e histórica. Segundo Sabourin (2008):

Os primeiros movimentos organizados em defesa da reforma agrária foram as ligas camponesas do Nordeste, estendidas à maioria dos estados do Brasil a partir de 1945, com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nessa época, a luta pela terra vinha inserida num conjunto de reivindicações sobre os direitos elementares do trabalho, da saúde, da previdência, da escolarização, com base no direito à organização autônoma dos grupos sociais.

Frente a isso, a criação dos Assentamentos de Reforma Agrária teve grande contribuição dos Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que de acordo com Caldart (2001):

O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 84 e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores.

Diante disso, Rocha et al. (2016), mencionam que “A reforma agrária é uma política pública resultado das conquistas da população rural que não tem acesso à propriedade da terra [...]”. Nesse sentido, Fernandes (2008) vai mencionar alguns apontamentos acerca da criação dos assentamentos e destaca que, “Os governos FHC e Lula foram os que mais criaram assentamentos ao consideramos os governos do processo de redemocratização do Brasil.”

Na década de 1990, acontece um desdobramento dos movimentos que lutam pela terra, proporcionando a ampliação dos assentamentos rurais, a qual tem consigo o Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na frente desse processo, desbravando as conquistas, sobretudo direcionadas para os agricultores enquadrados dentro dessa luta.

De acordo com as informações extraídas do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), é compreendido que o Assentamento de Reforma Agrária Bom Lugar I, teve sua fundação no ano de 1997. Diante disso, o processo de luta pela terra especificamente dentro do contexto no Assentamento Bom Lugar I, contou com a participação e articulação da Comissão Pastoral da Terra (CPT); Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR) e o apoio popular de camponeses que estavam diariamente acampados no território.

METODOLOGIA

O estudo teve como espacialidade geográfica o Assentamento de Reforma Agrária Bom Lugar I, pertencente ao município de Upanema/RN (**Mapa 1**), onde concentrou-se a pesquisa de campo no tocante ao levantamento dos dados. Para alcançar o objetivo do trabalho, usamos à pesquisa do tipo exploratória com natureza qualitativa, que segundo Gil (1946), “[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.”

Os sujeitos participantes da pesquisa, foram especificamente moradores do Assentamento

Bom Lugar I. Inicialmente buscou-se dialogar com o presidente da associação da referente localidade para que de igual modo, pudesse indicar (5) famílias de cada rua do assentamento, totalizando a participação de (20) famílias dentre as (103) casas existentes na localidade, para contribuírem com informações relacionadas ao semiárido e agricultura familiar no referente assentamento.

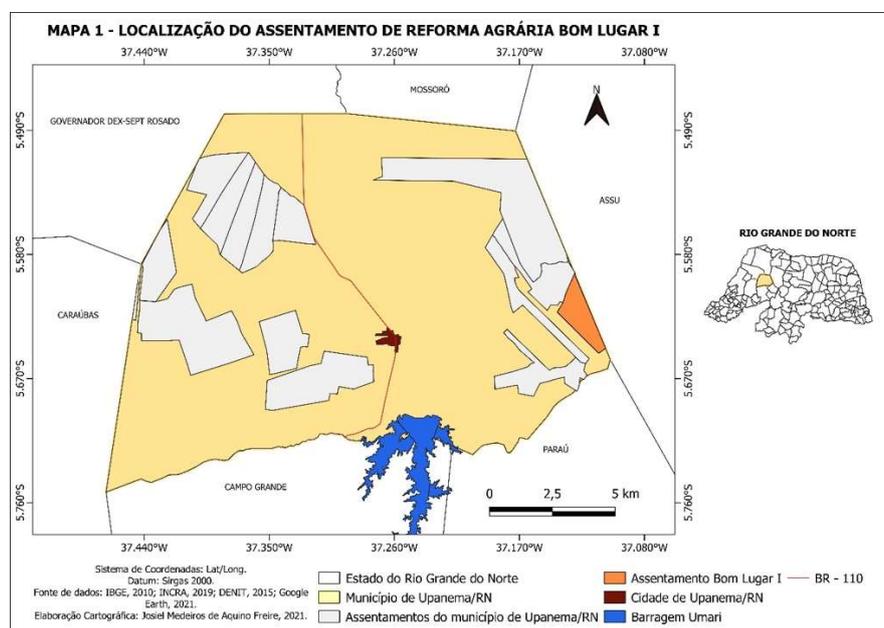


Figura 1: Localização do assentamento de reforma agrária Bom Lugar I. **Fonte:** IBGE (2010); INCRA (2019); DENIT (2015); Google Earth (2021).

O planejamento e organização desse tipo de pesquisa, é extremamente flexível, de maneira que oportuniza a consideração das diversas particularidades inerentes a situação estudada. De acordo com Godoy (1995), esse tipo de pesquisa, não busca enumerar ou medir o que está sendo estudado, nem aplicar análises estatísticas na verificação dos dados. O foco desse tipo de pesquisa está na obtenção de informações descritivas, acerca de lugares, pessoas e processos interativos, interligando a atuação direta do pesquisador com o objeto pesquisado.

Para coleta dos dados, o instrumento utilizado foi a entrevista semiestruturada que, segundo Bogdan et al. (2007), caracteriza como um instrumento de coleta de dados. Esse instrumento de coleta de dados tem o seu princípio a partir do diálogo entre o pesquisador e o público-alvo da pesquisa, tendo como intuito adquirir informações que possam contribuir na construção do trabalho. Concomitante a isso, aconteceu o uso do procedimento observacional, que segundo Ferreira et al. (2012) a técnica de observação é utilizada nas mais diferentes áreas do conhecimento, sendo que ela possibilita ao observador retirar informações de grupos e até mesmo de acontecimentos que com a utilização de diferentes técnicas se tornaria mais difícil ou inviável.

Na análise dos dados, realizou-se a construção de quadros, tabelas e transcrições textuais, acerca do estudo de caso desenvolvido, que de acordo com Yim (2010), é considerado uma estratégia de análise que tem como pretensão examinar situações e acontecimentos existentes dentro de um contexto específico, possibilitando a construção de reflexões e apontamentos sobre do estudo desenvolvido.

RESULTADOS

As informações obtidas com base na realização da pesquisa desenvolvida no Assentamento de Reforma Agrária Bom Lugar I, acerca das atividades produtivas e as possibilidades de avanços na superação das desigualdades sociais é possível apresentar um conjunto de dados que descreve o cenário na espacialidade geográfica analisada, proporcionando reflexões sobre segurança alimentar e bem-estar social dos agricultores familiares.

O perfil dos participantes é caracterizado inicialmente com cerca de 60% dos agricultores pesquisados numa faixa etária entre 30-40 anos de idade, ao passo que os 40% restante, tem idade de 50-60 anos. A análise nos proporciona refletir sobre a idade dos entrevistados e o desempenho desses sujeitos, no tocante a realização das atividades dentro da agricultura familiar, assim como a própria carga de trabalho exercida por esses agricultores, já que esse público, localiza-se numa realidade, onde o uso de sua força de trabalho é imprescindível na realização das atividades no seu cotidiano.

Frente a isso, 67% do público participante da pesquisa caracterizou-se como sexo masculino, à medida que 33% dos demais entrevistados correspondem ao sexo feminino. Nesse cenário é permitido evidenciar a consolidação de ambos os sexos masculino e feminino em prol do fortalecimento na realização das atividades produtivas na superação das desigualdades sociais, garantindo o acesso a produção dos alimentos produzidos e consumidos na agricultura familiar.

O trabalho desenvolvido nos espaços de produção da unidade familiar, contém a presença de homens e mulheres exercendo a sua parcela de contribuição, embora muitas das vezes exista a invisibilidade do trabalho feminino no contexto de realização das atividades produtivas, o trabalho da mulher é identificado dentro da divisão o trabalho no contexto da agricultura familiar, apenas como ajuda, mesmo quando elas desempenham atividades igual ou superior aos homens. Segundo Brumer (2004):

Diversos estudos que examinaram a divisão do trabalho por sexo na agricultura permitem concluir que as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como ajuda, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles.

Tais considerações são relevantes para pensarmos a questão de gênero dentro do contexto da agricultura familiar, evidenciando por conseguinte a forma como essa realidade é constituída, tendo em vista o dinamismo entre o próprio trabalho exercido dentro da unidade de produção familiar, levando em consideração o trabalho exercido pelos membros da própria família na produção das principais culturas produzidas pelos agricultores familiares Tabela 1.

Tabela 1: produtos alimentícios produzidos pelos agricultores familiares.

Culturas Produzidas	Percentual de Agricultores que produzem as referentes culturas
Caju e Feijão	13%
Feijão	27%
Feijão e Milho	13%
Feijão, Milho e Melancia	27%
Feijão, Milho e Sorgo	20%

Os respectivos agricultores confirmaram que o alimento produzido na agricultura familiar, é

suficiente para a família, bem como torna-se destinado para o consumo humano, com exceção do sorgo que é um alimento destinado para a alimentação de bovinos e ovinos, criados pelos agricultores familiares. Com base nas afirmações dos agricultores, é evidente que não ocorre a venda dos produtos produzidos na unidade familiar de produção.

A produção dos alimentos restringe-se ao primeiro semestre do ano, isso em detrimento da ausência das chuvas. Diante disso, o fato de os entrevistados não terem estrutura de poços, reservatórios ou assistência técnica que possibilitem o acesso a água para produzir ao longo do período de estiagem, possibilitando de igual modo a produção de alimentos para as famílias durante o ano todo, ocorre a irregularidade na produção, gerando por consequente uma redução na capacidade produtiva dos alimentos. Em relação aos pontos positivos temos o Quadro 1.

Quadro 1: Pontos positivo identificado pelos agricultores na realização das atividades produtivas.

Entrevistados	Ponto positivo/Fala dos agricultores
E – 1	O trabalho em conjunto com a família e o alimento de boa qualidade.
E – 2	É plantado pouco e colhido muito.
E – 3	Um alimento que ajuda na feira da casa, não preciso comprar o que planto.
E – 4	O trabalho coletivo com a família e não preciso trabalhar com outras pessoas.
E – 5	Temos um alimento para comer é plantado o feijão e não compramos.
E – 6	O que é plantado não precisa comprar.
E – 7	Não respondeu.
E – 8	É tudo mais franco, temos o suficiente para se alimentar.
E – 9	Trabalhar com a família, numa terra boa.
E – 10	Ter o alimento para se alimentar.
E – 11	A alimentação é favorável e tranquilidade do campo na agricultura.
E – 12	Não compro o que eu planto.
E – 13	Tenho o alimento e não preciso gastar dinheiro comprando na feira.
E – 14	Temos alimentos para se alimentar.
E – 15	Produzo o próprio alimento e não preciso comprar.

Diante das opiniões dos agricultores é destacado o alimento de boa qualidade e a realização do trabalho em conjunto com os membros da própria família, sendo esse um fator extremamente presente dentro da unidade de produção familiar. Frente a isso, é perceptível a existência de argumentos vinculados a ocorrência dos agricultores plantarem pouco e colherem muito, o suficiente para o consumo da família proporcionando por consequente a contenção de gastos em relação a compra dos alimentos.

No decorrer da fala dos agricultores é possível observar apontamentos elencados em relação a reciprocidade do trabalho existente dentro da agricultura familiar em conjunto com os familiares, assim como a questão econômica, a qualidade dos alimentos produzidos e por conseguinte a alimentação favorável e autonomia na realização das atividades desenvolvidas dentro da unidade familiar de produção.

Buscamos também identificar a existência de investimento por parte do município de Upanema/RN, com enfoque na realização das atividades produtivas desenvolvidas no Assentamento Bom Lugar I. 53% dos agricultores identificam a existência de investimento por parte do município, no que diz respeito a realização das atividades produtivas desenvolvidas no Assentamento Bom Lugar I, ao passo que 47% dos sujeitos pesquisados não corroboram com a afirmação de que existe investimento do município, destinado a realização das respectivas atividades.

Evidenciamos uma sequência de dificuldades enfrentadas pelos próprios agricultores, que nos levam a entender que o município não fornece assistência técnica para subsidiar os agricultores. Dentre as

dificuldades elencadas, pode-se destacar: falta de água; controle de pragas; demora do trator para cortar a terra e falta de dinheiro.

Buscando compreender como anda a utilização de agrotóxico na realização das atividades que os agricultores desenvolvem na unidade de produção familiar no Assentamento Bom Lugar I, percebe-se que 80% dos agricultores não utilizam agrotóxico na realização das atividades produtivas, enquanto 20% afirmaram aplicar o uso de veneno na plantação. De acordo com Viana et al. (2017),

[...] a partir de 1997, com o advento da irrigação, surgiu a necessidade da utilização de agrotóxicos para o aumento da produtividade das lavouras, com a finalidade de melhorar a renda familiar. A partir desse acontecimento, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) ofereceu, nesse mesmo ano, um curso de capacitação para o aprimoramento da força de trabalho desses agricultores sobre o uso de agrotóxicos, passando dessa forma, a fazer parte da produção agrícola. Com o passar dos anos, o envelhecimento dos patriarcas e o aparecimento de danos à saúde, destes, houve a necessidade da utilização da mão-de-obra de outro membro da família voltado para o manuseio desses agrotóxicos. Para isso, optou-se pelo primogênito em virtude de sua maturidade, bem como da preocupação do patriarca em relação aos outros membros com menor idade, para estudar e, dessa forma, poderem melhorar a condição de vida da família. Nessa perspectiva, ocorreu uma “herança de conhecimento”, em que houve a disseminação de informações sobre o uso de agrotóxicos de pai para filho.

É identificado que ao longo dos anos o uso de agrotóxico na agricultura familiar se tornou recorrente e preocupante para a vida das famílias às quais encontram-se em contato direto com esse produto. 73% dos agricultores que elencaram não ter participado de capacitações, acerca de atividades produtivas nos últimos 15 anos, ao passo que evidenciamos 20% dos sujeitos mencionando ter participado dessas atividades, enquanto 7% abstiveram-se do assunto e não expressaram sua opinião.

Nesse sentido, é compreendido um conjunto de apontamentos que tratam a realidade existente acerca das principais atividades produtivas, desenvolvidas pelos agricultores familiares, dando ênfase aos pontos positivos inerentes a produção dos alimentos direcionado ao consumo da família, assim como a complexidade existente acerca da insuficiência hídrica em detrimento da sazonalidade das chuvas que ocorrem de forma pontuais durante o ano.

Diante disso, os agricultores familiares priorizam o direcionamento dos alimentos para o consumo da família, o que por consequente não é identificado venda dos produtos produzidos na agricultura familiar. De acordo com Malvezzi (2007), “O segredo da convivência com o Semiárido passa pela produção e estocagem dos bens em tempos chuvosos para se viver adequadamente em tempos sem chuva.” Esse apontamento é extremamente importante para compreendermos que os agricultores do Bom Lugar I, desenvolvem a prática de estocagem de alimentos para os animais, a qual são produzidos dentro da unidade de produção familiar, sendo essa uma atividade executada na realidade da agricultura familiar na localidade pesquisada.

Com relação ao acesso dos agricultores familiares ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), 60%, não teve acesso ao programa ao passo que 33% tiveram, enquanto 7% abstiveram-se do assunto. Diante dessa realidade é possível compreender que o PRONAF não contemplou a maioria dos agricultores entrevistados, que por sua vez poderiam ter tido acesso ao programa que possibilitava a execução de novos investimentos dentro da agricultura familiar. De acordo com Fernandes (2013),

O PRONAF nada mais é do que um programa do Governo Federal que apoia o desenvolvimento rural sustentável e busca a garantia da segurança alimentar, através do fortalecimento da agricultura por meio do financiamento para os agricultores, bem como para as suas associações e cooperativas.

A estruturação do programa teve consigo a finalidade de poder contribuir com a realidade existente dos agricultores familiares, oportunizando por consequente o acesso ao crédito, ampliando as condições de investimento do agricultor dentro da unidade de produção familiar. Com relação a investimento por parte do Banco do Nordeste destinado aos agricultores familiares do assentamento Bom Lugar I, é possível evidenciar que a maioria dos entrevistados, 53% não tiveram acesso ao recurso enquanto 7% tiveram, ao passo que 40%, não elencou sua opinião acerca desse assunto.

Diante disso, A agricultura familiar no Assentamento de Reforma Agrária Bom Lugar I, apresenta uma realidade constituída de possibilidades de avanços na superação das desigualdades sociais, amplamente conectada com a vida dos agricultores que estão diariamente desenvolvendo essa modalidade de agricultura. Nessa perspectiva, vale destacar que os agricultores reconhecem a importância da agricultura familiar, como uma alternativa de produção de alimentos, para ajudar na alimentação da família, mesmo existindo dificuldades e complicações acerca de problemas recorrentes nesse contexto, os referentes entrevistados, destacam a satisfação em poder produzir o seu próprio alimento.

CONCLUSÕES

É importante destacar que a realidade da agricultura familiar no Assentamento de Reforma Agrária Bom Lugar I, apresenta elementos e informação pontuais para compreendermos a importância dos assentamentos no contexto do semiárido, assim como entendermos as contribuições da agricultura familiar na superação das desigualdades sociais, sobretudo relacionadas a produção de alimentos que atendem a necessidade de consumo das famílias que vivem naquela localidade, garantindo o bem-estar social. Nesse sentido, existe a necessidade de implementação de tecnologias sociais que possibilitem aos agricultores produzirem alimentos durante o ano inteiro, garantindo novas possibilidades de convivência com o semiárido.

As principais atividades produtivas desenvolvidas pelos agricultores familiares no Bom Lugar I, tem um direcionamento voltado para a unidade de produção familiar como um complemento alimentar para as famílias. A produção restringe-se ao período do inverno, onde os agricultores e agricultoras desenvolvem suas atividades produtivas, o que limita a produtividade e possibilidade de direcionar essa produção como um complemento econômico na renda familiar, proporcionando uma melhor autonomia econômica dos agricultores.

Sobre os recursos financeiros usados na agricultura familiar, é entendido que eles estão concentrados especificamente no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), assim como as linhas de créditos oferecidas pelo Banco do Nordeste. Diante disso, vale destacar a necessidade de implementar o suporte técnico no município, auxiliando os agricultores familiares, garantindo novas possibilidades de atuação diante da realidade apresenta no assentamento, fortalecendo a agricultura familiar

e erradicando as desigualdades sociais no contexto do semiárido.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.. Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. **Anais**. Recife, 2001.
- ALTAFIN, I.. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: UnB, 2007.
- BERGAMASCO, S. M. P. P.. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos avançados**, v.11, n.31, p.37-49, 1997.
- BERNARDO, E; RAMOS, H. R.. Desenvolvimento Sustentável na agricultura familiar. In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON PROJECT MANAGEMENT, INNOVATION, AND SUSTAINABILITY, 5. **Anais**. Sao Paulo, 2016.
- BOGDAN, R. BIKLEN, S.. **Investigação qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Lisboa: Porto, 2008.
- BRASIL. **Lei N° 11.326, de 24 de julho de 2006**. Brasília: DOU, 2006.
- BUAINAIN, A. M.. Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate. **CEP**, v.71, p.450, 2006.
- BRUMER, A.. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, v.12, n.1, p.205, 2004.
- CALDART, R. S.. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão popular, 2012.
- CALDART, R. S.. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, v.15, n.43, p. 207-224, 2001.
- CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O.. **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Brasília: IABS, 2013.
- COSTA, J. P; RIMKUS, L. M; REYDON, B. P.. Agricultura familiar, tentativas e estratégias para assegurar um mercado e uma renda. CONGRSSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46. **Anais**. Rio Branco, 2008.
- FERNANDES, B. M.. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Revista OSAL**, v.9, p.1-10, 2008.
- FERNANDES, A. M. S. **O PRONAF na Agricultura Familiar: SUA CRIAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E PRINCIPAIS RESULTADOS**. 2013. 58 f. TCC (Graduação em Ciências Econômicas)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- FERREIRA, L. B; TORRECILHA, N; MACHADO, S. H. S.. A técnica de observação em estudos de administração. ENCONTRO DA ANPAD. **Anais**. Maringá, 2012
- GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1946.
- GODOY, A. S.. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v.35, n.2, p.57-63, 1995.
- HOFFMANN, R.. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil?. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v.21, n.1, p.417-421, 2014.
- INCRA. **Novo Retrato da Agricultura**: o Brasil redescoberto. Brasília: MDA, 2000.
- MALVEZZI, R.. **Semi-árido: uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007.
- MATTEI, L.. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.20, n.1, 2012.
- NEVES, D. P.. Agricultura familiar: quantos ancoradouros. In: FERNANDES, B. M; MARQUES, M.I.M; SUZUKI, J. C (orgs). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- ROCHA, S. R. J; CABRAL, J. P. C.. Aspectos Históricos da Questão Agrária no Brasil. **Produção acadêmica**, v.2, n.1, p.75-86, 2016
- SABOURIN, E.. Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.16, n.2, 2008.
- SAVOLDI, A; CUNHA, L. A.. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. **Revista Geografar**, v.5, n.1, 2010.
- SCHNEIDER, S.. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- SCHNEIDER, S; CASSOL, A.. **A agricultura familiar no Brasil**. Porto Alegre: FIDA/RIMISP, 2013.
- SCHNEIDER, S; NIEDERLE, P. A.. **Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura**. Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2008.
- VEIGA, J. E.. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v.13, n.3, p.383-404, 1996.
- VIANA, L. S.. Contextualizando a Realidade do Uso de Agrotóxicos na Agricultura Familiar. **Extensão em Ação**, v.1, n.13, p.54-68, 2017.

WANDERLEY, M. N. B.. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**, v.3, p.21-55, 1999.

YIN, R. K.. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

A CBPC – **Companhia Brasileira de Produção Científica (CNPJ: 11.221.422/0001-03)** detém os direitos materiais desta publicação. Os direitos referem-se à publicação do trabalho em qualquer parte do mundo, incluindo os direitos às renovações, expansões e disseminações da contribuição, bem como outros direitos subsidiários. Todos os trabalhos publicados eletronicamente poderão posteriormente ser publicados em coletâneas impressas sob coordenação da **Sustenere Publishing**, da Companhia Brasileira de Produção Científica e seus parceiros autorizados. Os (as) autores (as) preservam os direitos autorais, mas não têm permissão para a publicação da contribuição em outro meio, impresso ou digital, em português ou em tradução.